



Abordagem de gênero na agricultura familiar: um estudo com base nos dados do censo agropecuário na Microrregião de Montes Claros-Minas Gerais (2017)

Gender approach in family farming: a study based on agricultural census data in the Montes Claros microregion, Minas Gerais (2017)

1 Cleiton Ferreira dos Santos  <https://orcid.org/0000-0002-6021-6255>

1 Universidade Estadual de Montes Claros  Minas Gerais, Brasil

2 Railma Aparecida Santos  <https://orcid.org/0000-0002-3464-61633>

2 Universidade Federal do Vale de Jequitinhonha e Mucuri  Minas Gerais, Brasil

3 João Vitor Ferreira Fernandes  <https://orcid.org/0000-0002-5368-00177>

3 Universidade Federal do Vale de Jequitinhonha e Mucuri  Minas Gerais, Brasil

4 Ana Ivania Alves Fonseca  <https://orcid.org/0000-0002-7873-750XX>

4 Universidade Estadual de Montes Claros  Minas Gerais, Brasil

1. Autor de correspondência: cleitongeografia22@gmail.com

RESUMO

A desigualdade de gênero é um problema recorrente na conjuntura social brasileira. Arbitariamente, esse processo é reproduzido dentro do seio familiar, distorcendo o papel social do homem e da mulher atacado pelas convicções patriarcais. A pesquisa pretende-se estudar a microrregião de Montes Claros-MG, com base nos dados do Censo Agropecuário 2017, com ênfase nas características dos produtores da agricultura familiar, relacionando os dados sobre: gênero, raça, idade e escolaridade, a fim de interpretar a participação da mulher nas atividades rurais. Com isso, a pesquisa em pauta tem como objetivo dialogar sobre a atuação da mulher na agricultura familiar na Microrregião de Montes Claros-MG. A justificativa da pesquisa consiste em ressaltar a importância de gênero nas atividades rurais. Logo, para a realização deste trabalho, os procedimentos metodológicos foram organizados em três eixos: O primeiro consiste em uma revisão bibliográfica de autores que abordam a temática proposta. O segundo pauta-se na caracterização da área de estudo e por fim, a análise e discussão dos dados extraídos do Censo Agropecuário 2017. De maneira geral, em todos os dados ficou evidente as disparidades na atuação da mulher no gerenciamento dos estabelecimentos frente ao sexo masculino. Salienta-se que este estudo contempla apenas algumas variáveis quantitativas que expressam o cenário retratado.

Palavras-chave: Gênero; Desigualdade social; Ruralidade.

ABSTRACT

Gender inequality is a persistent issue in the Brazilian social landscape. Arbitrarily, this dynamic is reproduced within the family sphere, distorting the social roles of men and women under patriarchal norms. This study examines the Montes Claros microregion in Minas Gerais, using data from the 2017 Agricultural Census, with a focus on the characteristics of family farmers—particularly gender, race, age, and education—to assess

women's participation in rural activities. Thus, the research aims to analyze the role of women in family farming within the Montes Claros microregion. The study's rationale lies in highlighting the significance of gender in rural labor. Methodologically, the research is structured into three stages: first, a literature review of key authors on the subject; second, a characterization of the study area; and finally, an analysis and discussion of data extracted from the 2017 Agricultural Census. Overall, the findings reveal evident disparities in women's management of agricultural establishments compared to men. It is worth noting that this study focuses on select quantitative variables that illustrate the observed scenario.

Keywords: Gender; Social inequality; Rurality.

Introdução

A desigualdade de gênero é um problema recorrente na conjuntura social brasileira. Arbitrariamente, esse processo é reproduzido dentro do seio familiar, distorcendo o papel social do homem e da mulher atacado pelas convicções patriarcais. Nesse sentido, o sociólogo português Boaventura Sousa Santos, em seu estudo sobre a Epistemologia do Sul (2014) expõe que os problemas estruturais como as relações de gêneros, os conflitos sociais na sociedade moderna, advém do processo capitalista, colonialista e do patriarcado, que vigora até então de forma severa na sociedade brasileira. Dessa forma, convém destacar o modelo patriarcal das famílias que vivem no meio rural, sobretudo, o papel desempenhado pela mulher na agricultura familiar, apontando elementos coexistentes.

Nesse viés, pretende-se estudar a microrregião de Montes Claros-MG, com base nos dados do Censo Agropecuário 2017, com ênfase nas características dos produtores da agricultura familiar, relacionando os dados sobre: gênero, raça, idade e escolaridade, a fim de interpretar a participação da mulher nas atividades rurais. Com isso, a pesquisa em pauta tem como objetivo dialogar sobre a atuação da mulher na agricultura familiar na Microrregião de Montes Claros-MG.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realiza o Censo Agropecuário, principal ferramenta de investigação e estatística sobre a produção agropecuária no país. Com os dados obtidos através do censo agropecuário (2017) é possível o planejamento e avaliação de políticas públicas sobre o setor, além da análise e estudos acerca das transformações, expansão e dinamização na/da produção agropecuária no território brasileiro. O Censo Agropecuário apresenta informações sobre as produções rurais tais como, as características de estabelecimentos do

produtor, economia, pecuária, agroindústria e emprego no meio rural. Sendo seu principal objetivo acompanhar a estrutura agrária no país.

A pesquisa terá como base o conceito de agricultura familiar calcado na metodologia do IBGE baseada na Lei nº 11.326 de 24/07/2006 e por meio de um levantamento bibliográfico com leitura de livros e artigos de estudiosos da área.

A Lei supracitada dispõe sobre a instituição do marco legal da agricultura familiar no Brasil em 24 de julho de 2006, onde o Art. 3º estabelece os requisitos para que o agricultor familiar e o empreendedor rural sejam considerados como tal. Os requisitos definidos são:

Não deter título ou área maior do que 4 módulos fiscais; II- utilizar predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do estabelecimento; III – ter a renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas do próprio estabelecimento; e IV- dirigir seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006, p. 1).

O inciso 2º aglutina juntamente nesta lei como beneficiários os: I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes; II - agricultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede; III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e faiscadores; IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente (BRASIL, 2006).

Logo, para a realização deste trabalho, os procedimentos metodológicos foram organizados em três eixos: O primeiro consiste em uma revisão bibliográfica de autores que abordam a temática proposta, já o segundo, pauta-se na caracterização da área de estudo e, por fim, a análise e discussão dos dados extraídos do Censo Agropecuário 2017. As variáveis de análise selecionadas foram as tabelas de dados referentes às

características dos produtores, por gênero, faixa etária, raça ou cor, grau de instrução e escolaridade, assim como os dados concernentes ao pessoal ocupado por gênero.

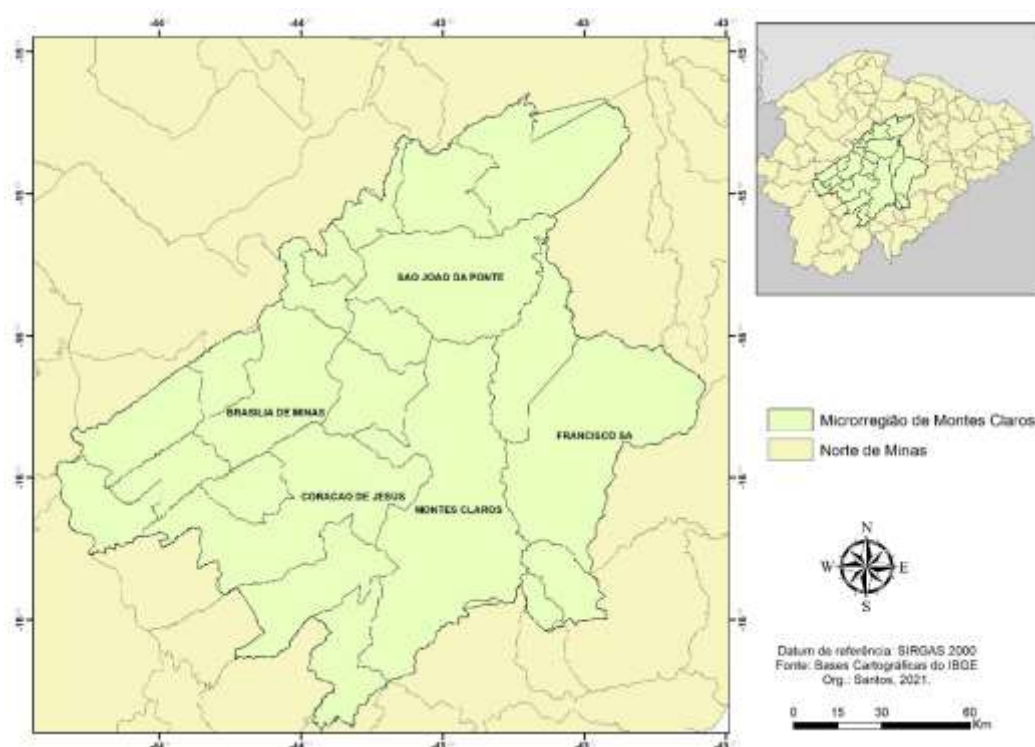
Dessa forma, a metodologia deste trabalho consistiu em uma análise quantitativa, em seguida para a tabulação e organização dos dados, foi utilizado o *Software* Microsoft Excel 2019. Com os dados tabulados e organizados, a próxima etapa dedicou-se a elaboração de tabelas, gráficos e quadros para a melhor análise, interpretação e discussão dos dados. Para as análises cartográficas foi utilizado o *Software Qgis* 3.28.5, bem como as bases cartográficas disponibilizadas pelo IBGE.

Contextualização da área de pesquisa: a Microrregião de Montes Claros-MG

A área de estudo da pesquisa compreende uma das sete microrregiões da mesorregião do Norte de Minas Gerais, conforme a regionalização do IBGE. A microrregião de Montes Claros-MG, compreende um total vinte e dois municípios: Brasília de Minas, Campo Azul, Capitão Enéas, Claro dos Poções, Coração de Jesus, Francisco Sá, Glaucilândia, Ibiracatu, Japonvar, Juramento, Lontra, Luislândia, Mirabela, Montes Claros, Patis, Ponto Chique, São João da Lagoa, São João da Ponte, São João do Pacuí, Ubai, Varzelândia e Verdelândia (Vide mapa 1). Juntos estes municípios possuem uma população estimada em 731.603 habitantes e área total de 23.702 km² (IBGE, 2022), o que resulta em uma densidade demográfica de 30,9 hab./km².

Os dados da Microrregião assinalam a expectativa de vida da população de 73,13 anos; taxa de fecundidade de 2,32 por mulher (em período reprodutivo, entre 15 e 49 anos) e; mortalidade infantil de 18,45 por cada mil habitantes (Atlas, 2013). Referente à taxa de analfabetismo da população acima de 25 anos de idade é de 25,83%, da idade de 6 a 17 anos que frequenta o ensino básico regular é em torno de 62,03% e da população bruta que participam do ensino superior é de 14,05% (Atlas, 2013).

Mapa 1- Localização da Microrregião de Montes Claros-MG



Fonte: IBGE. Org: Santos 2021.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal médio da microrregião é de 0,635; o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal médio - Dimensão Educação é de 0,552; o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal médio - Dimensão Longevidade é de 0,802; o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal médio - Dimensão Renda 0,579 (Atlas,2013).

Segundo o IBGE (2011), a microrregião de Montes Claros apresenta nos aspectos econômicos um aumento em seu Produto Interno Bruto (PIB), em 2011, um valor de R\$6.451.768.000,00 e um crescimento médio de 65,52% nos últimos quatro anos. Os municípios com maior Produto Interno Bruto em 2011 são: Montes Claros; Francisco Sá, Capitão Enéas, Brasília de Minas e Coração de Jesus. No qual destaca-se o município de Montes Claros com o maior percentual de PIB, 75,34% do total. Tal fato expressa a relevância regional dos municípios de Montes Claros e dos demais municípios que compõe a sua microrregião no contexto regional.

Conceito de gênero e a divisão sexual do trabalho na agricultura familiar

Melo (2003), em sua dissertação sobre as relações de gênero na agricultura familiar, aponta para a necessidade de maior visibilidade da mulher camponesa, pois apesar de fazer parte do grupo familiar e na elaboração cotidiana, ainda assim, é uma realidade não reconhecida, além disso, a autora expõe elementos socialmente estruturais na divisão sexual do trabalho, como a hierarquização de tarefas, invisibilidade do trabalho feminina, acesso diferenciado de recursos, cultura patriarcal e papéis de gênero e discrepância em indicadores formais. Outrora, Torres; Menasche (2010) em uma pesquisa sobre a produção de leite em várias comunidades rurais no Rio Grande do Sul, colabora para discussão da ideologia de gênero, nesse viés, a pesquisa aponta os estereótipos entroposto pela sociedade sobre a função social adjetivada sobre a mulher.

Nesse sentido, a pesquisa evidência as desigualdades estruturais que limitam a participação política das mulheres no contexto rural e nos processos jurídicos de fortalecimento da agricultura familiar, à proposito, levando em conta as pesquisas desses autores, as assistências técnicas de capacitação profissional para fortalecimentos da agricultura familiar, muita das vezes, percebe-se uma menor participação das mulheres, apenas 23% dos estabelecimentos agropecuários comandados por mulheres receberam assistência técnica, contra 27% daqueles geridos por homens, enquanto 18,7% dos estabelecimentos são dirigidos por mulheres, apenas 15% delas acessaram programas de capacitação, como PRONAF Mulher (IBGE, 2017). Contudo, convém destacar o conceito de gênero como campo interdisciplinar de pesquisa que se dedica à estudar, entre outras coisas, a formação social de identidades sexuais e papéis de gêneros, representações simbólicas atribuída ao feminino e ao masculino, além das, relações entre gêneros.

Rubin (2012) no livro “Tráfico de Mulheres” expõe sobre a ideia de gênero, segundo ele o gênero é um produto das atividades humanas, como a cultura socialmente construída e assimilada por cada indivíduo. Foucault (1988) defende a ideia de que as relações de gêneros são construídas com a cultura. Dessa forma, Santos (2003) aponta elementos estruturais socialmente construídos com a história, e pela

cultura da população, neste caso, o patriarcado, sistema sociopolítico que tende a colocar o homem à frente dos poderes nas tomadas de decisões familiares, políticas, administrativas, jurídico.

Segundo Bourdieu (2003), pensador francês, tanto os indivíduos quanto a sociedade incorporam estruturas comportamentais que lhes são impostas e naturalizadas. Esses padrões são reproduzidos ao longo do tempo sem que sejam necessariamente questionados. Prova disso, são as relações de gêneros na divisão sexual do trabalho, mulheres e homens incorporam elementos estruturais antigos, nos quais são criados distinção ocupacionais e operacionais quando se trata da realização do trabalho que muitas das vezes, percebe-se a existência da desigualdade associada as relações de gêneros.

Rubis (2012), o conceito de gênero é fundido com a identidade cultural e as peculiaridades sociais atribuídas ao longo da história de cada população, mas não necessariamente atribuído à fatores físicos e biológicos do corpo humano. Dessa forma, o gênero é um campo de estudo das Ciências Humanas que tem por objetivo entender os aspectos de identidades e as relações sociais que são construídas nas diferentes culturas, com base nas diferenciações, e às vezes, a igualdades entre o gênero. À propósito, o gênero é uma categoria teórica e epistemológica de análise, a qual possibilita compreender as sociedades e suas culturas a partir de suas complexidades entre a ideia feminino e masculino.

Nesse viés, Rubis (2012) corrobora para a necessidade de compreender o conceito de gênero, no qual a autora aponta como uma questão cultural e social e não por fatores determinantes biológicos. Por essa razão, diante da formação cultural e social da sociedade camponesa brasileira, fica em evidência os papéis sociais e ideológicos atrelados às mulheres e aos homens, colaborando dessa forma para uma divisão sexual do trabalho na agricultura familiar.

A priori, é importante destacar a agricultura familiar, como fonte de renda e subsistência de grupos familiares que vivem no meio rural. À propósito, Bug, Lovato (2007) apontam que a agricultura familiar teve maior relevância nos anos 90, diante à necessidade de uma estratégia de manutenção de empregos e renda no campo, e

garantia de soberania alimentar das famílias brasileiras. Via de regra, a agricultura familiar tem desempenhado grande importância no desenvolvimento sustentável do país, resguardando emprego e renda no campo, ademais, sabe-se que a população brasileira, embora concentrada nas cidades, depende desses grupos familiares que lidam com a agricultura para garantir a soberania alimentar de 70% da população.

Outrora, é importante destacar o papel fundamental e preponderante da mulher na agricultura familiar. No entanto, discute-se a lesão social de “invisibilidade” no processo de produção. Bug, Lovato (2007) ressaltam, que cada unidade de produção familiar é constituída pela soma dos resultados dos trabalhos de cada membro da família, nesse viés, a mulher se adéqua tanto no processo de reprodução quanto no processo de produção. No processo de reprodução, a mulher possui a função de cuidar da alimentação, saúde, educação, vestuários da família, assim como as atividades domésticas, limpeza e higiene da habitação, além do manejo das pequenas criações e o cuidado com o quintal.

No que diz respeito à produção, em geral as mulheres somam a força de trabalho na produção, na colheita, no processamento e armazenamento e nas embalagens dos produtos, ficando a cargo do homem como chefe da família vender os produtos nos mercados e feiras. Bug, Lovato (2007) mencionam que o trabalho do homem é mais importante devido ao fato de se responsabilizar pela administração do estabelecimento, dessa forma, dificulta perceber a importância do trabalho da mulher, necessariamente, essa visibilidade provoca desigualdade de gênero, nas políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar. Apesar da lida constante de trabalho em conjunto com a família, as responsabilidades são tão importantes quanto às do homem, a mulher, não é atendida com assistência e capacitação profissional, e muito menos incentivada com políticas públicas que almeja o fortalecimento da agricultura familiar na qual torna-as invisíveis e desqualificando sua participação, mascarando uma desigualdade de gênero entre os grupos de agricultores familiares.

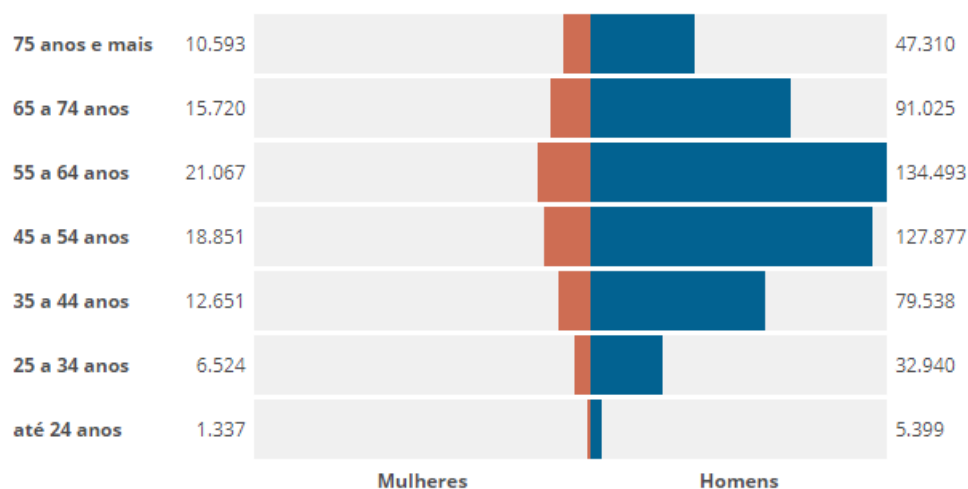
Resultados e discussões

Antes de adentrar nos dados específicos da agricultura familiar na microrregião de Montes Claros, cabe inicialmente apresentar alguns dados que mostram o cenário

geral das variáveis estudadas no âmbito estadual. Ao se observar os dados referentes ao sexo do produtor que dirige o estabelecimento, nota-se uma grande disparidade, uma vez que 518.582 (85%) estabelecimentos são dirigidos pelo sexo masculino, enquanto apenas 86.743 (14%) dos estabelecimentos estão sob a direção feminina.

Esta disparidade também é verificada quando analisamos a relação entre o gênero e a idade do produtor. Conforme o gráfico-1; constata-se que o sexo feminino é minoria entre todas as classes de idade obtidas pelo censo 2017. Entretanto, esta discrepância não se associa apenas aos dados referentes às características dos produtores responsáveis pelos estabelecimentos, mas se estende ao pessoal ocupado pelos estabelecimentos. Os dados apontam que a relação neste nível se encontra de 68% a 32%, sendo que o contingente de pessoal ocupado do sexo masculino compreende 818.734 pessoas e do feminino 384.200 pessoas.

Gráfico 1- Número de estabelecimentos agropecuários por sexo e idade do produtor.



Fonte: IBGE (2017).

No que tange aos dados referentes à agricultura familiar na microrregião de Montes Claros, percebe-se que dos 18.681 estabelecimentos dirigidos pelos produtores, em apenas 3910 (21%) dos estabelecimentos a mulher é a responsável direta pelo gerenciamento, ao mesmo tempo 14.771 (79%) a responsabilidade é do homem. Os dados expostos mostram como que a participação direta na condução dos

estabelecimentos está sob a tutela majoritariamente dos indivíduos do sexo masculino, apesar dos avanços recentes, em que se observa maior participação feminina neste processo.

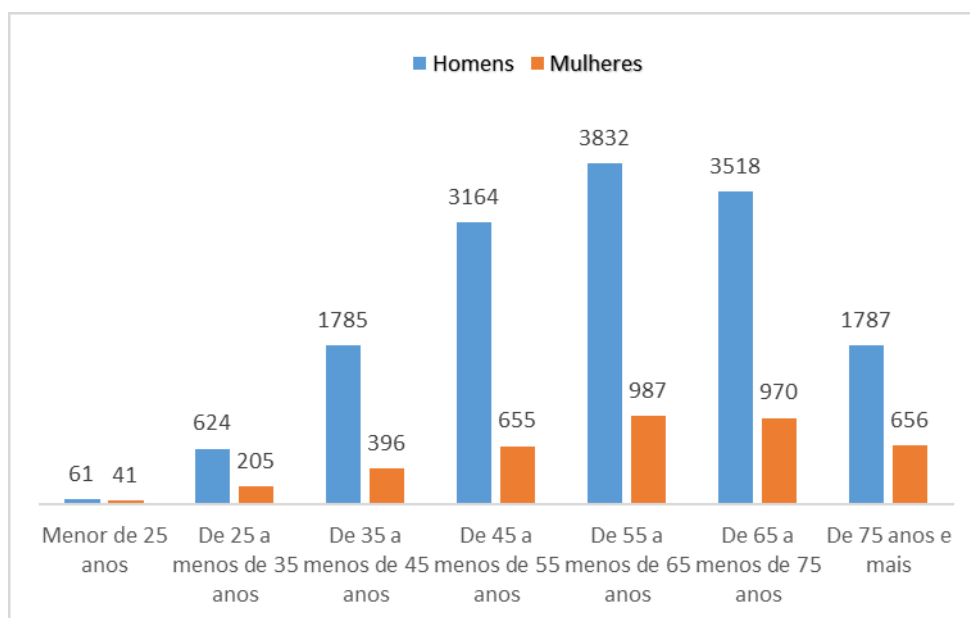
Essa disparidade não representa um fenômeno isolado, mas sim a manifestação concreta de estruturas sociais historicamente construídas que relegam as mulheres a um papel secundário na agricultura familiar. A teoria do *habitus*, desenvolvida por Bourdieu (2003), oferece um importante marco interpretativo para compreender essa realidade. Segundo o autor, as estruturas sociais são internalizadas e naturalizadas pelos indivíduos, reproduzindo padrões de dominação. No contexto rural da microrregião, isso se traduz na associação entre gestão agrícola e figura masculina, enquanto o trabalho feminino é frequentemente invisibilizado ou classificado como "ajuda", mesmo quando essencial para a sustentabilidade dos estabelecimentos.

Aprofundando um pouco mais nos dados do censo 2017, é possível realizar uma análise acerca da idade destes produtores, que em sua maioria estão alocados nas faixas de 45 a menos de 55 anos (20%) e de 55 a menos de 65 anos (26 %) e de 65 a menos de 75 anos (20%), as menores representatividades estão nas faixas dos menores de 25 anos (1%) e de 25 a 35 anos (4%). Na comparação com a variável gênero o gráfico-2 ilustra a disparidade entre o número de produtores em todas as classes de idade, sendo mais evidente nas faixas de 45 a menos de 55 anos e de 55 a menos de 65 anos e de 65 a menos de 75 anos. A maior participação feminina é evidenciada entre as faixas de 55 a menos de 65 anos e de 65 a menos de 75 anos, com participação de 25 % para as duas faixas de idade.

Os dados do Censo (2017) revelam que a maioria dos produtores rurais na microrregião de Montes Claros está concentrada nas faixas etárias de 45 a 65 anos (46% no total), com representatividade decrescente entre os mais jovens (apenas 5% têm menos de 35 anos). Quando cruzada com a variável de gênero, essa distribuição mostra uma dupla desigualdade: enquanto a participação masculina é majoritária em todas as faixas etárias, as mulheres alcançam sua maior representatividade (25%) justamente nas faixas mais avançadas (55 a 75 anos), sugerindo que assumem a gestão dos estabelecimentos apenas em fases tardias da vida, possivelmente por viuvez ou

ausência de herdeiros homens, padrão que reforça a persistência de barreiras estruturais à equidade de gênero no campo.

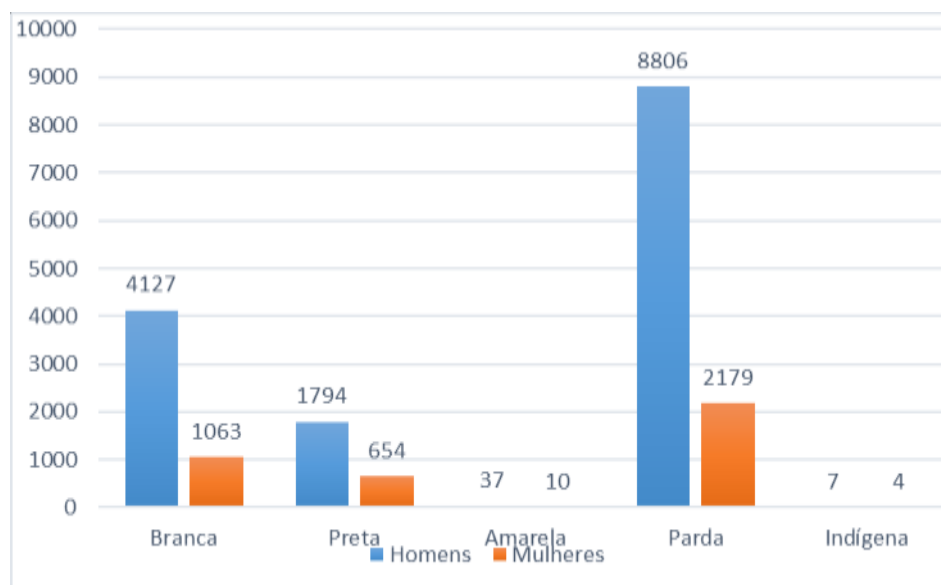
Gráfico 2: Relação gênero e faixa etária dos produtores.



Fonte: IBGE (2017).

No que tange à variável cor ou raça, duas classes despontam com os maiores percentuais em relação ao número geral de produtores, que são a classe parda com 10.985 produtores (59%) e a branca com 5.190 (28%), as demais classes quantificadas obtiveram os valores de 13% (preta), 0,3% (amarela) e 0,1% (indígenas). Acompanhando os dados totais, o gráfico-3 mostra que, na comparação com o gênero, a maior participação é referente às mulheres pardas e brancas, com respectivamente 56% e 27%, entretanto diferentemente dos dados totais constata-se uma maior participação de mulheres pretas, onde no total representavam 13% já especificamente no sexo feminino a participação é de 17%.

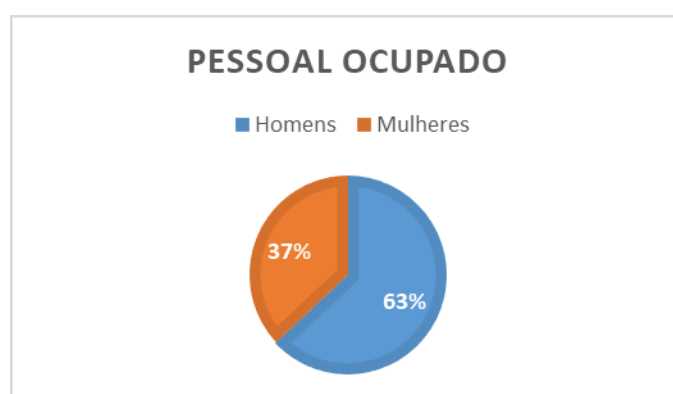
Gráfico-3: Relação gênero e raça ou cor.



Fonte: IBGE (2017)

O gráfico 4 mostra que as discrepâncias já observadas são refletidas não apenas no que diz respeito ao produtor responsável pelo estabelecimento, mas transcendem esta ótica de análise e são demonstrados também na variável de análise do pessoal ocupado. Nesta variável nota-se que do total de 48.393 pessoas, 63% são do sexo masculino, ao passo que 37% são do sexo feminino.

Gráfico 4: Pessoal ocupado por gênero.



Fonte: IBGE (2017).

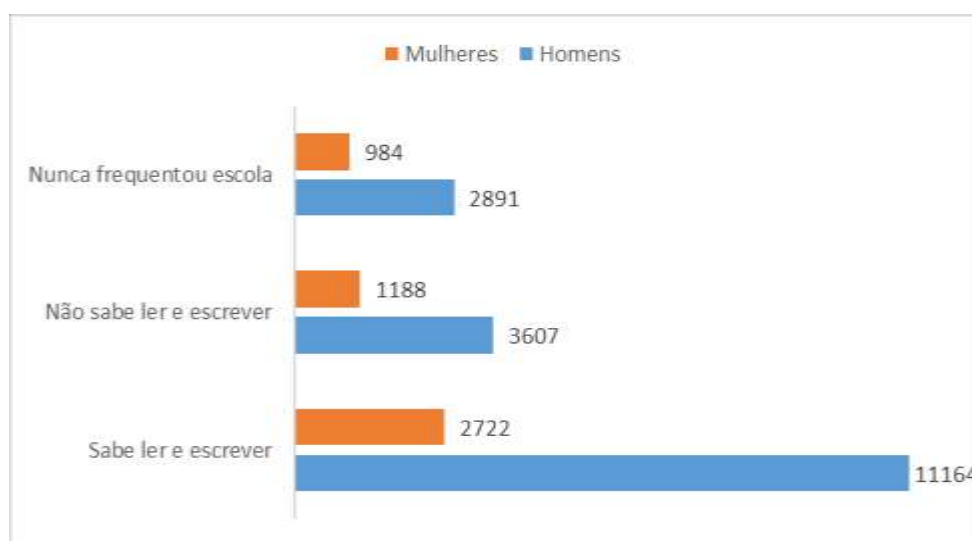
Outro importante campo de análise refere-se à escolaridade ou grau de instrução do produtor, onde verifica-se que a grande maioria da área de estudo desta

pesquisa sabe ler e escrever, representando 62% dos produtores, ao mesmo tempo os que não sabem ler e escrever somam 21% e os que nunca frequentaram a escola 17%. Adentrando um pouco mais nestes dados observa-se que referente ao grau de formação, 65% possuem ensino fundamental regular ou 1º grau, 27% ensino médio regular ou 2º grau, enquanto que superior/graduação e mestrado ou doutorado somam na devida ordem 7% e 0,2%.

Essa distribuição evidencia um cenário de limitação educacional, com 38% dos produtores em situação de analfabetismo (21%) ou sem acesso à escola (17%), o que pode impactar diretamente na adoção de tecnologias e na gestão dos estabelecimentos, reforçando a necessidade de políticas públicas voltadas para a educação no campo.

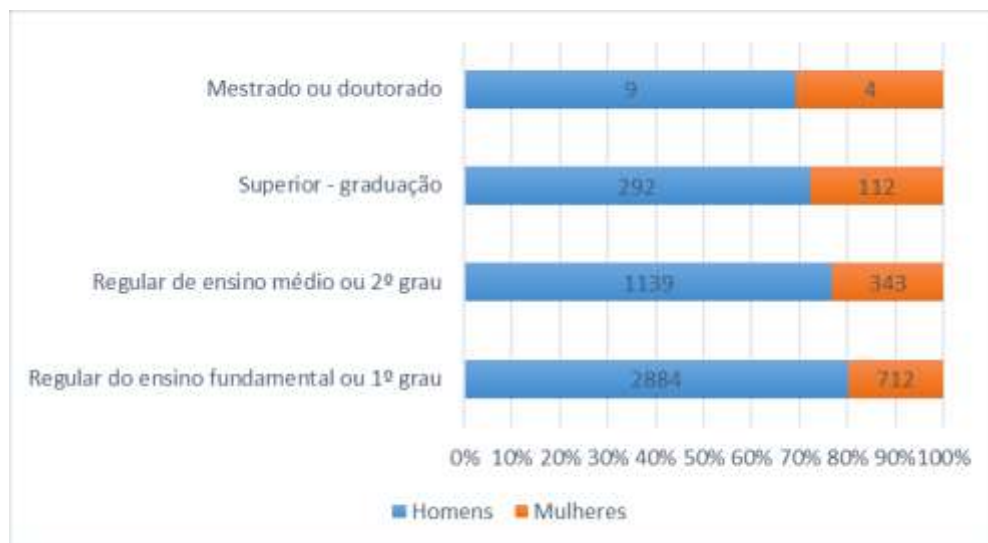
Os gráficos 5 e 6 mostram que as disparidades verificadas anteriormente, no tocante a idade, raça e pessoal ocupado, também é nítida no que diz respeito ao grau de instrução.

Gráfico 5: Grau de instrução do produtor por gênero.



Fonte: IBGE (2017).

Gráfico 6: Escolaridade dos produtores por gênero.



Fonte: IBGE (2017).

Nos dois gráficos fica evidente mais uma vez que as disparidades de gênero podem ser percebidas em uma série de variáveis de análise sobre os indivíduos da agricultura familiar na Microrregião de Montes Claros. Entretanto, observa-se uma maior equiparação (ainda que pequena) entre os indivíduos do sexo masculino e feminino nos níveis de ensino superior e graduação e na pós-graduação (mestrado ou doutorado). Essa pequena aproximação nos estratos educacionais superiores sugere que, embora as barreiras estruturais persistam, o acesso feminino a níveis mais altos de formação pode representar um caminho para reduzir as desigualdades de gênero na agricultura familiar, embora em escala ainda pequena. Os dados reforçam a necessidade de políticas que combatam as desigualdades educacionais desde a base, enquanto aproveitam esta tendência de maior paridade nos níveis superiores como potencial alavanca para transformação social no campo.

Considerações finais

Os resultados desta pesquisa demonstram que, embora tenha um crescimento na participação feminina na agricultura familiar, as desigualdades de gênero permanecem evidentes, especialmente no que diz respeito ao gerenciamento dos estabelecimentos rurais.

Os dados apresentados na pesquisa evidenciam o alto grau de assimetria existente no papel da mulher na agricultura familiar em relação ao homem, apenas 21% dos estabelecimentos na microrregião de Montes Claros são geridos por mulheres, contra 79% sob responsabilidade masculina. Essa disparidade retrata estruturas sociais arraigadas, que restringem o acesso das mulheres a recursos produtivos, crédito rural e tomadas de decisão. Entretanto os dados referentes ao grau de instrução, apresentam um cenário de possível mudança, ao passo que as disparidades entre os gêneros nos mais altos níveis de instrução não são tão acentuadas como nos níveis mais inferiores. Assim, sugere-se que a educação seja um caminho para diminuir as desigualdades, embora seja necessário ampliar políticas públicas que garantam maior equidade desde os níveis básicos de formação.

Portanto, procurou-se discorrer sobre a participação da mulher nas atividades rurais e como a desigualdade ainda é persistente no que tange a gestão e organização dos estabelecimentos, à medida que apesar de terem grande relevância na produção econômica e cultural das comunidades, nem sempre estão na frente de todo processo organizacional. Salienta-se ainda que, este estudo contempla apenas algumas variáveis quantitativas que expressam o cenário retratado. Sendo assim, outros estudos com propostas metodológicas diversas podem contribuir para um melhor entendimento do cenário destacado, como por exemplo, estudos qualitativos com pesquisas voltadas para estudos de casos que podem corroborar ou refutar as análises e discussões aqui expostas.

Referências

Atlas do desenvolvimento humano no brasil: base de dados, 2013. Disponível em:<<http://www.atlasbrasil.org.br>>. Acesso em: julho de 2021.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação Masculina**. Editora Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2003.

BURG, Inês Claudete. LOVATO, Paulo Emilio. **Agricultura Familiar, Agroecologia e Relações de Gêneros**. Congresso Brasileiro de Agroecologia. Rev. Bras. Agroecologia, v.2, n.1, 2007.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**- A Vontade do Saber. 12ª ed. Graal, Rio de Janeiro, 1988.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **Censo Agropecuário, 2017**. Disponível em:<<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: julho de 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), **Censo demográfico 2022**, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: julho de 2024.

LEI, Nº. 11326, de 24 de julho de 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei L, v. 11326](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L_11326.htm), 2015. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Panorama do Agronegócio no Brasil**. Brasília- DF, 2009.

MELO, Lígia de Albuquerque. **Relações de gêneros na agricultura familiar: o caso do PRONAF em Afogado da Ingazeiras-PE/ Recife**, 2003.

MENASCHE, Renata. TORRES, João Carlos Sampaio. **Gênero e Agricultura familiar: cotidiano de vida o trabalho na produção de leite**. DESER- CEM TR/PR. Curitiba, 2010.

RUBIN, Gayle. **O Tráfico de Mulheres**. Notas sobre a “Economia Política” do sexo. ed. SOS- Corpos, Recife, 1993.

SANTOS, B. de S. **Epistemologies of the South: Justice Against Epistemicide**. Boulder: Paradigm Publishers.

Recebido: 22/11/2022 Publicado: 01/05/2025

Editor Geral: Dr. Eliseu Pereira de Brito